

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 838.092 - SP (2016/0007886-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **NIVALDO BENTO**  
**ADVOGADO** : **MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES - SP239614**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por NIVALDO BENTO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado, no que interessa (e-STJ fls. 367/369):

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. REVISÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO PARCIAL DE PERÍODOS LABORADOS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. DECISÃO FUNDAMENTADA.

(...)

- Para demonstrar a atividade rurícola, o autor trouxe com a inicial: declaração de exercício de atividade rural firmada pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sem a homologação do órgão competente; certidões de imóveis rurais, em nome de terceiros; certidão de casamento, de 1968, em que foi qualificado como "lavrador"; certidões dos nascimentos dos filhos, de 1969 e 1973, em que foi qualificado como "lavrador"; contribuição sindical de 1973.

- Foram ouvidas duas testemunhas que corroboraram a informação do labor rural no período pleiteado.

- Compulsando os autos, verifica-se que a declaração do Sindicato não cumpriu a formalidade da homologação pelo INSS, os demais documentos do autor são extemporâneos ao período de labor pleiteado nos autos.

- Os documentos em nome de terceiros nada informam sobre o efetivo exercício de labor campesino pelo demandante.

- Portanto, examinando as provas materiais carreadas, não há documento algum que ateste o trabalho na lavoura, durante o período questionado, não sendo possível o reconhecimento da atividade com a prova exclusivamente testemunhal, nos termos da Súmula nº 149 do Superior Tribunal de Justiça.

- Logo, não havendo nos autos documentação capaz de comprovar o labor rural no período pleiteado, o pedido deve ser rejeitado.

(...)

- Agravo improvido.

No especial obstaculizado, o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 55, §§ 2º e 3º, e 108 da Lei 8.213/1991, pleiteando o reconhecimento da "eficácia restrospectiva da prova testemunhal" (e-STJ fl. 392), que corroborou o início de prova material apresentado.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a solução da demanda não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação

vigente.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

Pretende o autor a comprovação do tempo de labor agrícola e tempo especial para efeito de concessão de aposentadoria por tempo de serviço.

No caso concreto, a sentença reconheceu como especial o tempo de serviço compreendido entre 1960 a 1973, em que a parte recorrente laborou como rurícola, nos seguintes termos (e-STJ fl. 262):

A fim de comprovar suas alegações o autor juntou aos autos os seguintes documentos: a) cópia de contrato de compra e venda e do registro de imóveis, de fls. 44/62, provando a existência das propriedades em que alega ter trabalhado; b) certidão de casamento do autor (fls. 63), relativa ao ano de 1968, na qual consta sua profissão como lavrador; c) certidão de nascimento das filhas (fls. 64/65), relativa aos anos de 1969 e 1973, na qual consta sua profissão como lavrador; d) ficha de contribuição sindical de sindicato de trabalhadores rurais (fls 6) abrangendo o exercício de 1969 a 1973.

Depreende-se, portanto, que o autor juntou prova material de atividade rural em período parcial do tempo que pretende ver reconhecido.

Tal prova, quando aliada à prova testemunhal coletada, e com base no princípio da continuidade do trabalho rural, permite o reconhecimento de trabalho rural, na condição de trabalhador em regime de economia familiar e como empregado rural, no período 20/06/1960 (conforme pleiteado na inicial) a 1/12/1973 (ano do último documento em seu nome), mesmo sem anotação em CTPS.

Os demais documentos provam a existência das propriedades rurais na qual o autor afirma ter trabalhado, mas não necessariamente que o autor exercia este trabalho. Já as declarações de atividade rural equivalem a simples prova oral.

O Tribunal *a quo*, no entanto, não considerou comprovado o exercício de atividade rural no período de carência compreendido entre 1960 a 1967, por meio de início de prova material, embora tenha reconhecido que os depoimentos pessoais atestassem o labor rural nos períodos pleiteados, *in verbis* (e-STJ fls. 356/357):

Para demonstrar a atividade rurícola, o autor trouxe com a inicial:

- declaração de exercício de atividade rural firmada pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sem a homologação do órgão competente (fls. 31);
- certidões de imóveis rurais, em nome de terceiros (fls. 32/62);
- certidão de casamento, de 1968, em que foi qualificado como "lavrador" (fls. 63);
- certidões dos nascimentos dos filhos, de 1969 e 1973, em que foi qualificado

como "lavrador" (fls. 64/65);

- contribuição sindical de 1973 (fls. 66).

Foram ouvidas duas testemunhas a fls. 167/168, que corroboraram a informação do labor rural no período pleiteado..

Compulsando os autos, verifica-se que o declaração do Sindicato não cumpriu a formalidade da homologação pelo INSS, os demais documentos do autor são extemporâneos ao período de labor pleiteado nos autos.

Além disso, os documentos em nome de terceiros nada informam sobre o efetivo exercício de labor campesino pelo demandante.

Portanto, examinando as provas materiais carreadas, não há documento algum que ateste o trabalho na lavoura, durante o período questionado, não sendo possível o reconhecimento da atividade com a prova exclusivamente testemunhal, nos termos da Súmula nº 149 do Superior Tribunal de Justiça.

Logo, não havendo nos autos documentação capaz de comprovar o labor rural no período pleiteado, o pedido deve ser rejeitado.

Chama a atenção a circunstância de que o segurado juntou farta prova documental, que, em sua maioria, constituem início razoável de prova material.

Desse modo, observa-se que o julgado ora recorrido destoa do entendimento da Primeira Seção, proferido no julgamento do Recurso Especial 1.348.633/SP, submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil/1973, o qual firmou a compreensão de que é possível o reconhecimento de período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo apresentado nos autos, desde que amparado por convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório, o que ocorreu na espécie.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/91. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. RECONHECIMENTO A PARTIR DO DOCUMENTO MAIS ANTIGO. DESNECESSIDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONJUGADO COM PROVA TESTEMUNHAL. PERÍODO DE ATIVIDADE RURAL COINCIDENTE COM INÍCIO DE ATIVIDADE URBANA REGISTRADA EM CTPS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A controvérsia cinge-se em saber sobre a possibilidade, ou não, de reconhecimento do período de trabalho rural anterior ao documento mais antigo juntado como início de prova material.

2. De acordo com o art. 400 do Código de Processo Civil "a prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso". Por sua vez, a Lei de Benefícios, ao disciplinar a aposentadoria por tempo de serviço, expressamente estabelece no § 3º do art. 55 que a comprovação do tempo de serviço só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, "não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento" (Súmula 149/STJ).

**3. No âmbito desta Corte, é pacífico o entendimento de ser possível o reconhecimento do tempo de serviço mediante apresentação de um início de prova material, desde que corroborado por testemunhos idôneos. Precedentes.**

4. A Lei de Benefícios, ao exigir um "início de prova material", teve por pressuposto assegurar o direito à contagem do tempo de atividade exercida por trabalhador rural em período anterior ao advento da Lei 8.213/91 levando em conta as dificuldades deste, notadamente hipossuficiente.

5. Ainda que inexistia prova documental do período antecedente ao casamento do segurado, ocorrido em 1974, os testemunhos colhidos em juízo, conforme reconhecido pelas instâncias ordinárias, corroboraram a alegação da inicial e confirmaram o trabalho do autor desde 1967.

6. No caso concreto, mostra-se necessário decotar, dos períodos reconhecidos na sentença, alguns poucos meses em função de os autos evidenciarem os registros de contratos de trabalho urbano em datas que coincidem com o termo final dos interregnos de labor como rurícola, não impedindo, contudo, o reconhecimento do direito à aposentadoria por tempo de serviço, mormente por estar incontroversa a circunstância de que o autor cumpriu a carência devida no exercício de atividade urbana, conforme exige o inc. II do art. 25 da Lei 8.213/91.

7. Os juros de mora devem incidir em 1% ao mês, a partir da citação válida, nos termos da Súmula n. 204/STJ, por se tratar de matéria previdenciária. E, a partir do advento da Lei 11.960/09, no percentual estabelecido para caderneta de poupança. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do Código de Processo Civil.

(REsp 1348633/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 05/12/2014) (Grifos acrescidos).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “c”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de restabelecer a sentença de primeiro grau, que havia reconhecido o período compreendido entre 1960 a 1967.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator